



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 3243-1157

São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO – PGM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015

Objeto: *Aquisição de 01 (um) veículo automotivo 0Km para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.*

DOS FATOS

Para análise desta Procuradoria Jurídica, questionamento formulado pelo Exm^o. Sr. Prefeito Municipal quanto a oportunidade para homologação, ou não, do presente certame licitatório, e a possibilidade de correção do Edital e reabertura de prazo para nova sessão de julgamento.

Justifica noticiando que o Edital do Pregão descreve o veículo a ser adquirido na forma “ANO/MODELO 2016/2016”. A Secretaria Municipal de Saúde fez constar essa descrição no Edital, pois, quando da realização da pesquisa de preços, os orçamentos fornecidos pelas revendedoras constavam “ANO 2016”, sendo que as revendedoras ainda não trabalham com a comercialização de veículos produzidos em 2016, sendo que, os orçamentos que orientaram o Edital fazia referência à veículos 2016, porém fabricados em 2015.

Questionada verbalmente a licitante vencedora, a resposta foi no sentido de que o veículo proposto na presente licitação é fabricado em 2015 e modelo 2016 e que os veículos 2016/2016 serão comercializados somente a partir de março de 2016 e que ainda não tem o preço de mercado definido.

Junta uma nova pesquisa de preços e de mercado, na qual constata-se que, de fato, os veículos que sustentaram os preços pesquisados são 2015/2016.

DA INVALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Antes de analisar o mérito da questão, necessário tecer considerações sobre a invalidade dos atos administrativos e as conseqüências que dele poderão advir.

A declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal, feita pela própria Administração deve ser baseado em reconhecimento de um ato contrário ao direito vigente.

Baseia-se, portanto, em razões de ilegitimidade ou ilegalidade.

Desde que a Administração reconheça que praticou um ato contrário ao direito vigente, cumpre-lhe anulá-lo ou revogá-lo por motivo de conveniência ou oportunidade o quanto antes, para restabelecer a legalidade administrativa.

Como a desconformidade com a lei atinge o ato em sua própria origem, a anulação produz efeitos retroativos à data em que foi emitido (efeitos **ex tunc**, ou seja, a partir do momento de sua edição).

A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de **autotutela** sobre os próprios atos, de acordo com entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal por meio das Súmulas transcritas a seguir:



Súmula 346: "A Administração Pública pode anular seus próprios atos".

Súmula 473: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

DA HOMOLOGAÇÃO

Celso Antônio BANDEIRA DE MELLO leciona que:

Homologação é o ato pelo qual a autoridade competente, estranha à comissão, após examinar todos os atos pertinentes ao desenvolvimento do certame licitatório, proclama-lhe a correção jurídica, se esteve conforme as exigências normativas. Pelo contrário, se houve vício no procedimento, ao invés de homologá-lo, deverá proferir-lhe a anulação. À homologação segue-se a adjudicação, que é o ato pelo qual a promotora do certame convoca o vencedor para travar o contrato em vista do qual realizou o certame.

Parece-nos que esse entendimento é o mais adequado conforme a determinação legal: a homologação precede a adjudicação para as modalidades da Lei 8.666/93.

Destarte, ao homologar a licitação, a autoridade competente estará conferindo legitimidade a todos os atos praticados no curso do processo licitatório, sendo esse seu principal efeito.

Diante disso, se nenhum vício de legalidade for constatado, e ainda, se oportuna e conveniente a contratação, o ato de homologação será expedido.

Após a homologação, à mesma autoridade compete adjudicar o objeto da licitação ao seu vencedor.



A adjudicação é, desse modo, "o ato pelo qual se atribui ao vencedor o objeto da licitação, para subsequente efetivação do contrato administrativo".

Assim, diante da adjudicação o licitante adquire o direito de não ser preterido na contratação se esta, efetivamente, se concretizar.

Nas palavras de Adilson Abreu DALLARI,


"A adjudicação é um ato vinculado, tanto no tocante à sua prática quanto ao seu conteúdo". Pode haver ou não adjudicação, mas se houver será obrigatoriamente em favor do primeiro classificado. Rigorosamente dever-se-ia dizer que a competência da autoridade para praticar o ato de adjudicação é vinculada. Com efeito, se a adjudicação não fosse vinculada, ela perderia qualquer propósito.

Nessa linha de pensar, Luciano FERRAZ sustenta que: "A homologação é ato de controle de legalidade da licitação e tem efeito declaratório da validade dos atos praticados durante o procedimento".

Promovido o julgamento das propostas de acordo com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório, encerram-se, ao menos nesse primeiro momento, as atribuições do órgão julgador, e os autos da licitação são encaminhados à autoridade superior para deliberação.

Nessa fase de aprovação, a autoridade verificará se persistem os motivos de oportunidade e conveniência que ensejaram a autorização para o desencadeamento do processo necessário à contratação e se todas as formalidades legais foram observadas nas suas diversas formas.

Constitui controle amplo de legalidade estrita e também princípio lógico, que abrangerá inclusive a análise da legitimidade e que, ao final do procedimento, determinará a



consequente homologação, ou não, hipótese em que poderá ser decretada a anulação ou revogação da licitação.

Como regra geral, embora a lei licitatória não consigne expressamente, cinco são as possibilidades neste momento: i) homologar o processo licitatório em face de sua regularidade formal e material, bem como da permanência dos motivos que ensejaram a abertura do certame, adjudicando o objeto ao vencedor; ii) revogá-la no caso de fato superveniente e por motivos de interesse público; iii) anular a licitação por ilegalidade insanável; iv) declará-la fracassada em virtude da inabilitação ou desclassificação de todos os licitantes; ou v) declará-la deserta, dado o não comparecimento de nenhum interessado.

Consoante já sustentado anteriormente, a extinção esperada da licitação é pela via da homologação com a consequente adjudicação do objeto ao vencedor (extinção ordinária) e, por conseguinte, a celebração do contrato.

Entretanto, é possível ocorrer a revogação do processo licitatório pela via extraordinária, como nos casos enumerados nas hipóteses descritas pelos itens ii, iii, iv e v do parágrafo anterior.

Em análise ao caso presente, torna-se oportuno o acolhimento à previsão descrita nos incisos "ii" e "iii".

CONCLUSÃO

Ante ao exposto, tendo em vista que o objeto do procedimento licitatório da forma posta caracteriza-se, no entendimento desta Procuradoria, ato inexistente, dado o vício constatado, haja vista que o Edital propõe a aquisição de um veículo ainda não produzido, entendemos que a revogação do ato se impõe por ser conveniente, útil e oportuno.

Somos pois, pela revogação da adjudicação levada à efeito pelo Sr. Pregoeiro e, em homenagem ao princípio da

economicidade, pela readequação do objeto do Edital, abrindo-se novo prazo para o seu atendimento, com a devida publicação.

É o parecer, s.m.j.

São Jorge do Ivai, 12 de janeiro de 2016.



José Carlos Gonçalves Magro
Procurador Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 3243-1157

São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br

DE: PREFEITO

À: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015

Objeto: *Aquisição de 01 (um) veículo automotivo 0Km para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e quantidades constantes do edital, inclusive seus anexos, notadamente o anexo I, que veicula o termo de referência.*

Acompanho o parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do Município para revogar o ato de Adjudicação do objeto à empresa participante do certame, bem como declarar nulos os demais atos que sucederam o Edital do Pregão Presencial em epígrafe.

Determino à Comissão de Licitação que proceda a readequação do objeto do procedimento licitatório, no Edital e de seu termo de referência, procedendo-se a abertura de novo prazo, com as devidas publicações de praxe.

São Jorge do Ivaí, 12 de janeiro de 2016.

André Luis Bovo
Prefeito